



**PARECER PRÉVIO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10042/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Fernando Falabella (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Fabio Nunes Bandeira de Melo OAB nº4331 e Fernanda Couto de Oliveira OAB/AM nº 11.413
- 7- **Unidade Técnica:** DCAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6363/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas do Município de Urucará, exercício de 2011, de responsabilidade do **Sr. Fernando Falabella**. Ressalta-se que a emissão do Parecer Prévio deve ser feita nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, do art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como do art. 31, §2º da Constituição Federal, e, a recomendação à Câmara Municipal acerca da desaprovação das Contas, deve ser fundamentada nos termos do art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002. Enfatiza-se que o julgamento das Contas pela Câmara Municipal deve ser realizado com a celeridade que preconiza o art. 127, §5º, da Constituição Estadual.

- 11- **Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 27 de Fevereiro de 2019



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10042/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Fernando Falabella (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fabio Nunes Bandeira de Melo OAB nº4331 e Fernanda Couto de Oliveira OAB/AM nº 11.413
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6363/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2011.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Urucará, exercício de 2011, sob a responsabilidade do **Senhor Fernando Falabella**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e art. 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Fernando Falabella** no valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), sendo o valor de **R\$ 1.096,03** por cada mês de atraso uma vez que a impropriedade foi constatada nos 12 (doze) meses do exercício de 2011, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, nos meses de janeiro a dezembro/2011. Ressalta-se que a mencionada multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR



**ACÓRDÃO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, com as devidas atualizações monetárias (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Fernando Falabella**, responsável pela Prefeitura Municipal de Urucará, exercício de 2011, no valor de **R\$ 20.000,00** (Vinte Mil reais), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares identificados pela DICAMI e pela DICOP e apontadas no bojo da presente Proposta de Voto, quais sejam:

**10.3.1.** No que tange às impropriedades detectadas pela DICAMI – abordadas no Item I da Proposta de Voto:

**a)** Violação aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, uma vez que não observou a adoção das condutas necessárias para a implantação de um Sistema de Controle, tal como delineado nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal;

**b)** Violação a norma regulamentar disposta na Resolução n. 11/2009 desta Corte de Contas, em decorrência da grande vulnerabilidade nas informações apresentada no Sistema GEFIS, gerando divergências entre os valores existentes, ausência de informações relativas às metas fiscais e pelo atraso nas informações do GEFIS;

**c)** Violação ao disposto no art. 20, da Lei Complementar n.º 6/1991, pela remessa extemporânea da presente Prestação de Contas a esta Corte, exercício de 2011;

**d)** Violação ao fiel cumprimento ao estabelecido no art. 266 da Constituição Estadual c/c o art. 13, §§ 1º ao 4º, da Lei nº 8.429/92, art. 1º, da Lei nº 8.730/93, no art. 1º, inciso XV da Resolução nº 15/1999 do TCE/AM, bem como ao disposto no art. 289, §1º e §2º, da Resolução nº 04/2002 (TCE-AM), em vista da ausência da declaração de bens atualizada nas pastas funcionais do Prefeito, Vice-Prefeito, seus Secretários Municipais e Servidores Ocupantes de Cargos Comissionados;



**ACÓRDÃO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**e)** Violação a diversos preceitos estabelecidos na Lei n. 8.666/93 e na Lei n. 4.320/1964, conforme detalhamento dos Contratos e Procedimentos Licitatórios elencados no Item I – alínea “h” – da presente Proposta de Voto:

**e.1)** Artigo 3º, caput, artigo 26, caput e art. 61, parágrafo único, todas da sobredita Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/93;

**e.2)** Art. 55, inciso V, da Lei n. 8.666/93 e arts. 58 a 61 da Lei n.º 4.320/1964;

**e.3)** Arts. 27, 28, 29 e 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93;

**e.4)** Parágrafo único do artigo 38, da Lei n. 8.666/93;

**e.5)** Artigo 65, §1º, da Lei n. 8.666/93;

**e.6)** Artigo 38, incisos I, II, III, V e VII, da Lei n. 8.666/93;

**e.7)** Artigo 7º, inciso I, da Lei n. 8.666/93;

**e.8)** Artigo 21, inciso II e §2º, IV, da Lei n. 8.666/93;

**e.9)** Artigo 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93;

**e.10)** Artigo 25, inciso I e art. 26, parágrafo único, incisos II e III, todos da Lei n. 8.666/93.

**f)** Violação ao artigo 37, caput, da CF/88; artigo 37, incisos II e IX, da CF/88; artigo 31, §1º, da Lei n. 2.423/96; artigo 12 da Lei Municipal n. 04/10; art. 33 da Lei Municipal nº 03/03 c/c art. 37, inciso II, art. 61, § 1º, II, e art. 84, VI, “a” da Constituição Federal e artigo 37, incisos XVI, da CF/88, em razão de diversas inconsistências relacionadas aos processos relativos às admissões de pessoais;

**g)** Violação ao art. 66, parágrafo único, art. 71 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Urucará, art. 37, caput, da CF/88, art. 13 da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289 da Resolução TCE nº 04/2002, em vista da precariedade do controle que a Prefeitura Municipal de Urucará tem sobre os registros funcionais de seus servidores;

**h)** Violação ao art. 5º e art. 6º, §1º, da Lei n.º 02/09, bem como, art. 37, caput e art. 70, parágrafo único, da CF/88, em vista do completo descontrole na concessão de diárias naquela Municipalidade;

**i)** Violação ao disposto no art. 1º, § 1º, e art. 17 da LRF, arts. 7º, XVII, art. 39, § 3º, e princípios referidos no art. 37, caput, da CF/88; art. 84, VI, “a”, da CF/88; artigo 37, inciso II, da CF/88 no artigo 29, alínea “b”, da CF/88 e violação aos ditames da Lei Municipal n.º 001/08 e art. 37, XI, da Constituição Federal, em vista das impropriedades relacionadas à folha de pagamento;

**j)** Violação ao disposto no art. 30, inciso I, “a” e “b”, da Lei n. 8.212/1991 e no art. 9º, inciso I, alínea “m”, art. 12, inciso I c/c o art. 216, inciso I, alíneas “a” e “b, do Decreto n. 3048/1999 (Regulamento da Previdência Social), em vista do atraso no recolhimento ao INSS de diversas competências de 2011;





**ACÓRDÃO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**l)** Violação ao disposto no art. 13 e 22, da Lei n. 8.212/1991 e art. 37, caput, da Constituição Federal, em razão da diferença a menor no valor do recolhimento das cotas de contribuição previdenciária;

**m)** Violação ao disposto no art. 42, §§ 9º e 10, da Lei Municipal n.º 07/07 e art. 37, caput, da Constituição Federal, em vista do atraso no recolhimento das contribuições ao URUCARÁ PREV;

**n)** Violação ao disposto no art. 239, II e III, do Decreto nº 3.048/99 e art. 37, caput, da Constituição Federal, uma vez que lançou cotas de contribuição previdenciária (parte patronal) como despesa de exercícios anteriores;

**o)** Violação ao disposto no art. 66 da Lei nº 7.450, de 23/12/1985, pela falta de esclarecimento com o empenho para atender despesa com indenização trabalhista e o lançamento das cotas do PASEP como despesa de exercícios anteriores;

**p)** Violação ao disposto no art. 45, da Lei Municipal n. 07/07, uma vez que não houve indicação dos 04 representantes no Conselho Municipal de Previdência do URUCARÁ PREV;

**q)** Violação ao disposto no art. 64, da Lei Municipal n.º 07/07, uma vez que o Município não comprovou o encaminhamento de documentos relevantes ao Ministério da Previdência Social.

**10.3.2. No que tange às impropriedades detectadas pela DICOP – abordadas no Item II desta Proposta de Voto:**

**a)** Violação ao disposto nos arts. 1º e 2º da Lei Federal n.º 6.496/1977 c/c o arts. 2º e 3º da Resolução n.º 1025/2009 do CONFEA, pela ausência de ART;

**b)** Violação aos arts. 62 e 63 da Lei 4320/64; art. 55, § 3º e art. 65, II, "c" da Lei 8666/93, pela Ausência dos Comprovantes de todas as despesas da obra/serviço, ou seja, Cheques, Ordens Bancárias e/ou outros elementos de comprovação dos efetivos pagamentos correspondentes;

**c)** Violação ao disposto no art. Art. 6º, IX, "e" c/c Art. 40, § 2º, I, da Lei 8.666/93, em vista da ausência dos Projetos Arquitetônicos e complementares, desenhos, que subsidiam a contratação e execução das obras/serviços;

**d)** Violação ao disposto no artigo Art. 67, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993 c/c o art. 1º da Resolução n. 1024/2009-CONFEA, pela ausência do diário de obras;

**e)** Violação ao disposto no art. Art. 7º, § 2º, I e II, da Lei 8.666/93 e da Súmula 258/2010 – TCU, pela ausência de composição dos encargos sociais;

**f)** Violação ao disposto no Art. 6º, IX, "c", "e" e "f" c/c Art. 7º, § 2º, II e III, art. 40, XIV, "b" e Art. 40, § 2º, inciso IV da Lei 8.666/93 e da Súmula 258/2010 – TCU, pela ausência da composição do BDI empregado no



**ACÓRDÃO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

orçamento estimado da administração e pela ausência da composição de encargos sociais no orçamento estimado da administração;

**g)** Violação aos artigos 70 da CF, art. 6º, art. 32 (caput e incisos) art.33, art. 37 da LOTCE-AM e art. 93 do Decreto-lei 200/67 pela ausência de comprovação da legalidade e da regularidade da despesa diante da ausência de documentos indispensáveis.

Ressalta-se que a mencionada multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, com as devidas atualizações monetárias (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Fernando Falabella no valor de R\$ 6.827,19** (Seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resultou injustificado dano ao erário, em todas as impropriedades fartamente detalhadas nos Itens I e II desta Proposta de Voto e que ensejaram a determinação de devolução ao erário.

Ressalta-se que a mencionada multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, com as devidas atualizações monetárias (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).



**ACÓRDÃO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.5. Considerar em Alcance o Senhor Fernando Falabella**, responsável pela Prefeitura Municipal de Urucará, no exercício de 2011, para que devolva aos cofres públicos o montante de **R\$ 1.962.684,41** (Um milhão, Novecentos e Sessenta e Dois mil, Seiscentos e Oitenta e Quatro reais e Quarenta e um centavo), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM, pela prática dos seguintes atos identificados pela DICAMI:

- a) **R\$ 1.925.128,37** (Um milhão, Novecentos e Vinte e Cinco mil, Cento e Vinte e Oito reais e Trinta e Sete centavos) - em vista da diferença a menor do montante declarado no saldo bancário com o montante transferido para o exercício seguinte das contas bancárias (saldo financeiro);
- b) **R\$ 336,74** (Trezentos e Trinta e Seis reais e Setenta e Quatro centavos) – em vista da diferença existente entre o valor declarado no Termo de Conferência de Caixa e no Balanço Financeiro (Anexo 13);
- c) **R\$ 37.219,30** (Trinta e Sete mil, Duzentos e Dezenove reais e Trinta centavos) – pelo pagamento de multa e juros em vista do atraso no recolhimento das cotas de contribuição previdenciária – INSS.

**10.6. Considerar em Alcance o Senhor Fernando Falabella**, responsável pela Prefeitura Municipal de Urucará, no exercício de 2011, para que devolva aos cofres públicos o montante de **R\$ 91.873,43** (Noventa e Um mil, Oitocentos e Setenta e Três reais e Quarenta e Três centavos), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM, pela prática dos seguintes atos identificados pela DICOP:

**a)** Execução de serviços de entalhamento, peitoris de janelas, soleiras de portas e outros serviços diversos, executados em desconformidade com as especificações técnicas nos seguintes Termos de Contratos e nas seguintes proporções de valores:

- a.1)** TERMO DE CONTRATO N. 011/2011 (TOMADA DE PREÇOS N. 001/2011) – no valor de R\$ 9.150,07 (Nove mil, Cento e Cinquenta reais e Sete centavos);
- a.2)** TERMO DE CONTRATO N. 014/2011 (TOMADA DE PREÇOS N. 002/2011) – no valor de R\$ 16.971,15 (Dezesseis mil, Novecentos e Setenta e Um real e Quinze centavos);
- a.3)** TERMO DE CONTRATO N. 015/2011 (TOMADA DE PREÇOS N. 005/2011) – no valor de R\$ 10.744,61 (Dez mil, Setecentos e Quarenta e Quatro reais e Sessenta e Um centavo);
- a.4)** TERMO DE CONTRATO N. 016/2011 (TOMADA DE PREÇOS N. 006/2011) – no valor de R\$ 6.149,70 (Seis mil, Cento e Quarenta e Nove reais e Setenta Centavos);
- a.5)** TERMO DE CONTRATO N. 017/2011 (TOMADA DE PREÇOS N. 007/2011) – no valor de R\$ 3.249,98 (Três mil, Duzentos e Quarenta e Nove reais e Noventa e Oito centavos);





**ACÓRDÃO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**a.6)** TERMO DE CONTRATO N. 018/2011 (TOMADA DE PREÇOS N. 008/2011) – no valor de R\$ 8.209,09 (Oito mil, Duzentos e Nove reais e Nove centavos);

**a.7)** TERMO DE CONTRATO N. 019/2011 (TOMADA DE PREÇOS N. 009/2011) – no valor de R\$ 14.247,18 (Quatorze mil, Duzentos e Quarenta e Sete reais e Dezoito centavos).

**b.** Por não restar comprovado o remanescente da obra, relativo ao Empenho n. 1165, no valor de R\$ 23.151,65 (Vinte e Três mil, Cento e Cinquenta e Um reais e Sessenta e Cinco centavos), utilizado como um dos pagamentos para obras e serviços de reforma e ampliação da Escola Municipal Cesaria Santana na Comunidade Sol Nascente (Zona Rural), conforme Carta-Convite n. 014/2011.

**10.7. Determinar** que o alcance seja recolhido no PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS aos cofres municipais, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores dos julgamentos em alcance devem ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

**10.8. Determinar** desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

**10.9. Determinar** ao atual Prefeito do Município de Urucará a adoção das seguintes medidas:

**10.9.1.** Observância das disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

**10.9.2.** Apresente comprovações de que os valores descontados dos servidores foram efetivamente recolhidos para o Imposto de Renda Pessoa Física, bem como, para que regularize essa situação junto à Receita do Brasil, caso ainda não esteja regularizada;

**10.9.3.** Observância do encaminhamento tempestivo das informações contábeis do sistema ACP, conforme o disposto no art. 4º da Resolução 07/2002 – TCE/AM c/c o § 1º, art. 15, da Lei Complementar nº 06/1991, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000;

**10.9.4.** Que seja observado o disposto na Lei nº 8.666/93, principalmente em relação a instrução processual (art.38);



**ACÓRDÃO Nº 7/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.9.5.** Determinar à Prefeitura Municipal de Urucará para que torne o controle da folha de frequência dos servidores mais eficiente, a fim de que o relevante serviço público prestado por este órgão não sofra interrupção ou descontinuidade, em homenagem ao princípio da continuidade;

**10.9.6.** Que seja observado o prazo regulamentar estabelecido pelo o art. 9º da Lei Complementar nº 06/91, em relação a publicação dos balanços (orçamentário, financeiro e patrimonial) no Diário Oficial do Estado;

**10.9.7.** Que seja observada todas as recomendações relativas às obras e serviços de engenharia, elencadas na conclusão do Relatório Conclusivo n. 230/2018 – DICOP – Itens 9.1 a 9.14.

**10.10** **Determinar** à próxima Comissão de Inspeção do Município de Urucará, verifique se foram adotadas as medidas saneadoras para a implantação do Sistema de Controle Interno naquela Municipalidade, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;

**10.11** **Determinar** que seja realizada uma Representação junto ao Ministério Público Estadual do Amazonas, na forma do artigo 114, inciso III, da Lei n. 2423/96, em razão da possível prática de atos de improbidade administrativa durante a gestão do Senhor Fernando Falabella, em vista de todas as impropriedades descritas no corpo da Proposta de Voto;

**10.12** **Dar ciência** da presente decisão a todos os responsáveis, sobretudo ao **Senhor Fernando Falabella**.

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 27 de Fevereiro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral